



GOVERNO
DA PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICA - NORMATIVA

CONVÊNIO N.º 024 /2018.

Processo n.º 21.0418592

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO
DA PARAÍBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E
A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU/PB.

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, Órgão da Administração Direta do Governo do Estado da Paraíba, doravante denominada simplesmente "SES", CNF/IN/F.N.º 08.778.268/0001-60, neste ato representado pela sua Secretária, neste ato representada pela sua Secretária **CLAUDIA LUCIANA DE SOUSA MASCENA VERAS**, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 680.075.674-68, RG n.º 2800165 SSP/PB, doravante denominada de "CONCEDENTE" e a instituição **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel Manoel Florentino, S/N Centro, Juru/PB, CEP: 58750-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.888.950/0001-06, doravante denominada de "CONVENIENTE", neste ato representada pelo **Sr. LUIZ GALVÃO DA SILVA**, brasileiro, prefeito, RG n.º 1190346 – 2ª Via – SSP/PB, CPF n.º 027.765.944-29, residente na Rua Antonio de Souza Lima, S/N, Juru/PB, e do que mais consta no Processo em referência, com fundamento no Decreto Estadual n.º 33.884/2013, resolvem celebrar este CONVÊNIO mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto o apoio à manutenção de Hospital no município de Juru, fomentando os serviços ambulatoriais, internação hospitalar, urgência e emergência, dentre outros prestados pela referida unidade de saúde.

Parágrafo único: O Plano de Trabalho anexado integra o presente CONVÊNIO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS CONVENIENTES

1. Compete à "SES".

- 1.1. Transferir os recursos financeiros para a execução do objeto deste CONVÊNIO, na forma do Cronograma de desembolsos constante no Plano de Trabalho, devidamente aprovado, observado a sua disponibilidade financeira;
- 1.2. Acompanhar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução deste CONVÊNIO, diretamente ou através de seus órgãos ou entidades;



AV. DOM PEDRO II, N.º 1826 – TORRE.
JOÃO PESSOA – PB – CEP: 58.040.903



1.3. Analisar e emitir parecer em relação aos Relatórios de Execução Físico-Financeiros, e das Prestações de Contas apresentados pelo "CONVENENTE";

1.4. Efetuar o pagamento em obediência ao disposto na Cláusula Terceira do presente instrumento;

1.5. Conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

2. Compete ao "CONVENENTE":

2.1. Executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto que trata este CONVÊNIO, observando sempre os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos.

2.2. Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos, de gestão dos recursos alocados ao presente Convênio;

2.3. Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas do órgão da Concedente, relativo ao exercício da concessão;

2.4. Apresentar Relatórios de Execução Físico-Financeira, na forma da legislação pertinente e períodos estabelecidos;

2.5. Aplicar os recursos exclusivamente nos fins previstos neste instrumento e prestar contas dos mesmos, conforme legislação vigente;

2.6. Manter a "SES" informada sobre o andamento dos serviços, facilitando sua fiscalização e prestar esclarecimentos, quando solicitado;

2.7. Permitir o livre acesso de servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo Estadual, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado quando em missão de fiscalização, inspeção, diligência ou auditoria;

2.8. Responder eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, à SES ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;

2.9. Responder a SES o valor recebido, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação e aplicável aos débitos para com a Fazenda estadual, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do CONVÊNIO;

b) quando não for apresentada, no prazo estipulado, a prestação de contas parcial ou final; e,

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no CONVÊNIO;

2.10. Responder e responsabilizar-se pela execução dos serviços de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, Especificações e Cronograma de Desembolso, nos prazos estabelecidos neste CONVÊNIO;

- 2.11. Responder por todos os encargos e obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste CONVÊNIO;
- 2.12. Permitir livre acesso de servidores da SES, a qualquer tempo, a todos os documentos relacionados, direta ou indiretamente, com o CONVÊNIO, quando em missão de fiscalização e auditoria;
- 2.13. Responder pela idoneidade técnica a quem delegar atribuições pertinentes à execução dos serviços ora ajustados, exigindo e inclusive dos mesmos, declaração de responsabilidade técnica;
- 2.14. Prestar contas dos recursos alocados pela SES, nos termos e prazos da legislação vigente;
- 2.15. Movimentar os recursos em conta bancária específica;
- 2.16. Promover as licitações que forem necessárias à execução do objeto avençado, de acordo com a legislação específica;
- 2.17. Apresentar à SES pedido de liberação de recursos à conta do crédito orçamentário descentralizado;
- 2.18. Recolher à conta da SES o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar seu emprego na execução do objeto ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOS RECURSOS – O valor total do Convênio será de R\$ 144.200,00 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos reais), sendo destinados recursos financeiros ao Convênio, no montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) a título de repasse e R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) a título de contrapartida.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Os recursos correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA nº. 25101.10.30.0007.2950.0287.33404100 – FONTE: 179 – Reserva nº 03316, exercício 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros vinculados à dotação orçamentária especificada na cláusula anterior serão liberados obedecendo rigorosamente ao plano de desembolso constante no Plano de Trabalho, nos termos da respectiva aprovação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

A CONCEDENTE, para consecução do objeto avençado, obriga-se a cumprir o Plano de Trabalho aprovado, que independe de transcrição é, para todos os efeitos, parte integrante do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA





As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas, relativos a execução físico-financeira do objeto avençado, deverão ser emitidas em nome da SES ou do EXECUTOR, se for o caso, devidamente identificadas com o número deste CONVÊNIO.

Parágrafo Primeiro – Não poderão ser pagas, com recursos do CONVÊNIO despesas:

1. Com data anterior ou posterior à vigência da execução físico-financeira do CONVÊNIO;
2. Pagamento, a qualquer tipo, a militar ou servidor público, da ativa, ou a empregado de Empresa Pública ou de Sociedade de Economia Mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
3. Taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos, ou recolhimentos fora dos prazos;
4. Taxas de administração, gerência ou similar;
5. Clubes associação de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
6. Finesca diversa da estabelecida no CONVÊNIO;
7. Publicidade, com exceção de peças de caráter educativo, informativo e/ou de orientação social, desde que não estejam em nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração ao presente CONVÊNIO, deverá ser proposta a CONCEDENTE, dentro da vigência de execução deste instrumento, que aprovada se processará mediante a celebração de aditivo ao presente instrumento de Convênio.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente CONVÊNIO terá vigência de até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de sua assinatura, que corresponderá ao prazo de execução físico-financeira, mais 02 (dois) meses para apresentação da Prestação de Contas Financeira pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE.

Parágrafo Primeiro - Excepcionalmente, o presente CONVÊNIO poderá ter sua vigência prorrogada, mediante solicitação da CONVENIENTE, acompanhada de justificativa, encaminhada de no mínimo 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.



Parágrafo Segundo - A SES poderá prorrogar "ex officio" a vigência do presente CONVÊNIO, quando ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, e presente o interesse público.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL

Parágrafo Primeiro - Os valores para pagamento obedecerão a TABELA CONSTANTE NO PLANO DE TRABALHO com os laudos devidamente auditados por servidor competente da SES e analisados pela Comissão de Avaliação;

Parágrafo Segundo - Os valores serão pagos quando comprovados os atendimentos efetivamente produzidos, sendo obrigatório a prévia auditoria dos laudos por um servidor auditor da SES;

Parágrafo Terceiro - A Prestação de Contas final, relativas aos recursos recebidos deverá ser apresentada a SES até 60 (sessenta) dias após o término da execução físico-financeira do CONVÊNIO, e será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhado de:

1. Cópia do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade competente;
2. Cópia do TERMO DE CONVÊNIO ou Termo Simplificado de Convênio e seus Aditivos;
3. Cópias das notas de empenho e das respectivas ordens de pagamento expedidas;
4. Comprovação de prestação de contas correspondentes às parcelas recebidas;
5. Notas fiscais ou faturas, recibos e outros comprovantes de despesas, que não poderão conter rasuras ou emendas e deverão corresponder apenas as despesas feitas dentro do período de vigência do CONVÊNIO;
6. Relatório da Execução Físico Financeiro e Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira e, quando for o caso, os saldos.
7. Comprovação de recolhimento do saldo dos recursos, à conta indicada pela concedente ou Guia de Recolhimento, quando o valor for recolhido diretamente ao Tesouro Estadual;
8. Relação de todos os pagamentos e demonstrativo de conciliação dos saldos bancários com a apresentação do extrato de conta bancária específica do período de vigência do convênio;
9. Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do CONVÊNIO;
10. Demonstrativo dos rendimentos da aplicação financeira;
11. Decisões administrativas(s) de homologação ou recusa, total ou parcial, de cada prestação de contas parcial apresentada, indicando, no caso de recusa, as providências saneadoras adotadas;
12. Extrato de conta bancária especificamente aberta para a movimentação dos recursos do convênio, abrangendo o período de referência do relatório;
13. Cópia dos despachos adjudicatórios e homologatórios das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, como respectivo embasamento legal;



GOVERNO
DO ESTADO DA PARAÍBA

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICO - NORMATIVA

14. Decisão (s) administrativa(s) de homologação ou recusa, total ou parcial, de cada prestação de contas parcial apresentada, indicando no caso de recusa, as providências saneadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

A SES providenciará como condição de eficácia, a Publicação deste CONVÊNIO, em extrato, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este CONVÊNIO poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexequível, e rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das Cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

1. Falta de prestação de conta parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e
2. Não conformância a qualquer das exigências do item 2 da Cláusula Segunda, pelo **CONVENIENTE**;

Parágrafo Único - Sem prejuízo das apurações das responsabilidades administrativas, civis e penais, no caso de rescisão do presente instrumento, o saldo remanescente do Crédito Orçamentário será restituído a **SES**, se vigente o orçamento a que se refere o crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional da SES relacionada com o objeto deste CONVÊNIO será consignada a participação do **CONVENIENTE** na mesma proporção atribuída a **SES** e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada à logomarca oficial da **SES** na mesma proporção com a marca ou nome do **CONVENIENTE**.

Parágrafo Único – Fica vedado aos partícipes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na forma e nos valores previstos no Plano de Trabalho, e desde que delas não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AUTORIDADE NORMATIVA



AV. DOM PEDRO II, N.º 1826 – TORRE.
JOÃO PESSOA – PB - CEP. 58.040.903



510



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSESSORIA TÉCNICO - NORMATIVA

A Prerrogativa do Estado, exercida pela SES, de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade do mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes deste CONVÊNIO que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de João Pessoa.

E, para tanto, firmou-se este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, e, depois de lido e achado conforme pelas partes, na presença das testemunhas abaixo, vai por elas assinado.

João Pessoa, 29 de junho de 2018.

Luciana de Sousa Mascena Veras
CLAUDIA LUCIANA DE SOUSA MASCENA VERAS

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE

Luiz Galvão da Silva
LUIZ GALVÃO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU

TESTEMUNHA:

1ª - _____

CPF n.º _____

2ª - _____

CPF n.º _____



AV. DOM PEDRO II, N.º 1826 – TORRE
JOÃO PESSOA – PB - CEP: 58.040.903

